

Dívidas vencidas das estatais passam de Cr\$ 4 trilhões

JOSE BERNARDES
Da Editoria de Economia

Apenas neste ano, as dívidas das empresas estatais com fornecedores e empreiteiros cresceram 394 bilhões de cruzeiros, atingindo um montante de débitos vencidos e não pagos de 1 trilhão e 37 bilhões de cruzeiros. Essa informação consta do último relatório sobre o assunto produzido pela Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), órgão da Seplan. Os números retratam o comportamento das 54 maiores empresas do Governo, representando 90 por cento do orçamento do setor público para este ano, e abrange o primeiro quadrimestre do ano — janeiro/abril.

O maior devedor oficial é o

Grupo Eletrobrás (holding Eletrobrás, Eletrosul, Chesf, Furnas e Light), com atrasados que chegam a 700 bilhões para fornecedores e empreiteiros, dívida que cresceu 292 bilhões de cruzeiros só em 84; o segundo lugar pertence a Itaipu, que já deve 100,9 bilhões de cruzeiros, débito que cresceu 35 bilhões de cruzeiros neste ano. Em terceiro lugar, aparece a Nuclebrás, com atrasados que somam 78 bilhões de cruzeiros, das quais 38 bilhões correspondem a endividamentos relativos a este ano.

A dívida do setor público com fornecedores e empreiteiros é, entretanto, bastante menor que o valor do total dos débitos das maiores empresas do Governo, que incorpora os valores de em-

préstimos e outros compromissos. O dado mais recente produzido pela Seplan dá conta de que chega a 4 trilhões e 466 bilhões de cruzeiros o volume das dívidas gerais vencidas e não pagas, de que 1 trilhão e 218 bilhões de cruzeiros representa o crescimento verificado apenas neste ano.

Comparada com o período janeiro-abril de 83, a dívida vencida neste ano com fornecedores e empreiteiros cresceu 192 por cento, em termos normais. A inflação — medida em 12 meses — subiu 229 por cento. E a dívida total das maiores empresas do Governo experimentou um crescimento em relação ao comportamento do primeiro quadrimestre do ano passado

de 174 por cento. O crescimento nominal do endividamento das estatais nos primeiros quatro meses deste ano foi de 37 por cento, percentual que ficou abaixo da inflação no período, que foi de 48 por cento. Técnicos da Seplan vêem nesse dado um indicio importante para um comportamento mais adequado do setor público quanto à questão do seu endividamento.

Parte da dívida das maiores empresas do Governo formada neste ano (1 trilhão e 218 bilhões de cruzeiros), exatamente 105,5 bilhões de cruzeiros, diz respeito a compromissos externos não honrados e ao amparo do aviso GB-588/67, ou seja, o instrumento que autoriza o Banco do Brasil a assumir esses compromis-

sos, debitando-o à conta do Tesouro para resarcimento posterior. Os grupos Eletrobrás e Siderbrás se valeram desse instrumento, sendo que o primeiro deixou de pagar 56,1 bilhões de cruzeiros, e, o segundo, 49,4 bilhões de cruzeiros.

Uma reivindicação antiga dos fornecedores e empreiteiros é a de que os débitos oficiais sejam pagos com correção monetária. A Seplan sempre mostrou resistência a essa idéia, que, entretanto, parece ter sido finalmente adotada, pelo Conselho de Administração de algumas estatais. Fontes do Sinicon — Sindicato da Indústria da Construção Pesada) admitem que a Eletrobrás e a Nuclebrás estão pagando os seus atrasados com correção monetária. Na Seplan,

entretanto, ninguém quis confirmar essa informação.

Fontes da Sest dão conta de que é de queda a perspectiva de endividamento do setor público com as empresas privadas, em função dos primeiros resultados da austeridade de controle imposto pela Seplan. Informa-se que, prova disso, é o que está acontecendo com o setor de engenharia industrial, que após três anos de exaustivas conversações com o Governo, começa a receber os seus créditos. As dívidas do Governo com este segmento da iniciativa privada — contraídas pela Eletrobrás, principalmente — já teriam caído 100 por cento neste ano, em relação ao valor registrado até julho do ano passado, 200 bilhões de cruzeiros.